



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO POVO ANACÉ

Maria Alexandrina Da Silva Da Luz¹

Nola Rodrigues De Abrantes²

Matheus Lima De Oliveira³

Andrea Yumi Sugishita Kanikadan⁴

RESUMO

O presente resumo resulta de vivências da autora, pertencente ao povo Anacé, e de coautores que compartilham da luta pela garantia dos direitos dos povos originários. A pesquisa busca evidenciar conquistas, desafios e resistências enfrentados pelos povos indígenas, demonstrando a necessidade de maior participação em movimentos políticos, sobretudo naqueles que impactam diretamente comunidades tradicionais. A análise tem como base a realidade do povo Anacé, reconhecido por sua luta constante e por transformar cada batalha em esperança coletiva. A aldeia, como espaço de resistência, simboliza essa esperança que fortalece a identidade e a continuidade cultural do povo Anacé. Do mesmo modo, no espaço acadêmico, a Coletivo de Estudantes Indígenas (COESI) atua como referência de união entre diferentes etnias, garantindo igualdade, democracia e mobilização estudantil em prol da permanência indígena nas universidades. A atuação da COESI reafirma que a luta indígena transcende os territórios, alcançando também a vida acadêmica, onde a busca por formação se converte em instrumento de transformação social. Nesse contexto, ressalta-se que a consolidação da democracia e a efetivação dos direitos coletivos humanos dependem do reconhecimento e da valorização da participação política indígena. O estudo, portanto, reforça que é direito dos povos originários ocupar espaços de decisão, garantindo voz ativa em processos que determinam o presente e o futuro de suas comunidades.

Palavras-chave: povos indígenas; povo Anacé; participação política; resistência.

ICSA- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas , Campus Ceará ;Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Discente, alesilva040804@gmail.com¹

ICSA- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas , Campus Ceará ;Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Discente, rodriguesnolla11@gmail.com²

ICSA- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas , Campus Ceará ;Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Discente, matheusorganiza@gmail.com³

ICSA- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas , Campus Ceará ;Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Docente, akanikadan@unilab.edu.br⁴



INTRODUÇÃO

A história política brasileira é marcada pela exclusão dos povos indígenas dos espaços de decisão, apesar de sua presença milenar no território nacional. A Constituição Federal de 1988 representou um marco ao reconhecer a diversidade cultural e os direitos originários sobre terras tradicionalmente ocupadas. Contudo, a distância entre o reconhecimento legal e a efetivação prática ainda persiste. A participação política dos povos indígenas envolve não apenas o exercício do voto e da representação parlamentar, mas também a atuação em conselhos, organizações sociais e mobilizações coletivas. Neste contexto, este estudo busca analisar os avanços, desafios e perspectivas da participação indígena nos processos políticos brasileiros, considerando os impactos sociais e institucionais decorrentes.

Nesse cenário, o período do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) representou um ponto de inflexão, com a adoção de políticas que visavam enfraquecer as proteções constitucionais dos povos originários. A promessa de campanha de 'não demarcar nenhum centímetro a mais de terra indígena' se concretizou na ausência de homologações de novas terras, gerando insegurança jurídica e aumento de conflitos. Tentativas de transferir a demarcação para o Ministério da Agricultura e a proposição do Projeto de Lei (PL)191/2020, que buscava regulamentar a exploração de recursos em terras indígenas, foram exemplos claros dessa agenda. A retórica anti-indígena e o incentivo a invasões e garimpo ilegal, como evidenciado pela crise humanitária Yanomami, aprofundaram os desafios e demonstraram um retrocesso significativo na proteção dos direitos indígenas no Brasil. Esses eventos, inclusive, foram alvo de denúncias por organismos internacionais como a ONU, que apontaram violações de tratados internacionais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e etnográfica, profundamente enraizada nas vivências pessoais do pesquisador e nas dinâmicas socioculturais observadas tanto no ambiente universitário quanto na Aldeia Anacé. Esta perspectiva permite uma compreensão aprofundada das realidades e desafios enfrentados pelos povos indígenas, transcendendo a mera análise documental para incorporar o conhecimento situado e as narrativas orais. Para tanto, a metodologia se baseia em análise de dados coletados e segue uma estruturada em três eixos temáticos principais:

- (i) Arcabouço Jurídico e Institucional: Este eixo examina as bases legais e as estruturas institucionais que regulam a participação indígena no cenário político nacional e internacional, com um olhar crítico sobre sua aplicação e impacto nas comunidades
- (ii) Experiências de Mobilização e Representação Política Indígena: Aborda as diversas formas de organização, mobilização e representação política adotadas pelos povos indígenas, destacando as lutas diárias por políticas públicas mais eficazes, educação de qualidade para crianças e jovens, e a defesa de seus direitos territoriais e culturais.
- (iii) Desafios e Perspectivas de Participação Efetiva: Analisa os obstáculos enfrentados pelos povos indígenas para uma participação plena e efetiva nos processos decisórios, bem como as oportunidades e caminhos futuros para fortalecer sua atuação política, considerando as especificidades das lutas locais e a importância de organizações como o Coletivo de Estudantes Indígenas da Unilab (COESI) na defesa dos direitos indígenas no contexto universitário. Nesse contexto, a atuação da Coletivo de Estudantes Indígenas (COESI) da universidade será abordada como um exemplo concreto de mobilização e representação política indígena no ambiente acadêmico, defendendo os direitos e interesses dos estudantes indígenas. Além disso, a pesquisa se aprofundará nas lutas diárias travadas pelas aldeias por políticas públicas mais justas, por uma educação



diferenciada e de qualidade para suas crianças e jovens, e pela garantia de seus territórios e modos de vida tradicionais. Essas vivências e lutas serão integradas à análise, enriquecendo a compreensão da participação política indígena para além das estruturas formais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participação Política Indígena no Âmbito Universitário: A participação política indígena também se manifesta em movimentos organizados para a permanência estudantil. Na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a Comissão de Estudantes Indígenas (COESI) atua como um espaço de articulação política e cultural, promovendo mobilizações em defesa dos direitos dos povos indígenas dentro da academia. Um dos resultados dessas lutas foi a aprovação da Resolução nº 40/2016 do Conselho Universitário da UNILAB, que assegura condições específicas de permanência a estudantes indígenas e de outras etnias. Essa resolução, pioneira em muitos aspectos, reconhece a diversidade cultural como parte essencial da missão institucional e serve de modelo para outras instituições de ensino superior que buscam promover a inclusão e a valorização dos povos indígenas. Essa conquista demonstra que a participação política indígena não se restringe aos espaços externos à universidade, mas também transforma o ambiente acadêmico em campo de resistência e afirmação identitária, influenciando políticas internas e promovendo um ambiente mais equitativo.

Luta por Território e Cultura: O Caso do Povo Anacé: No caso do povo Anacé, destaca-se a atuação de lideranças como Climério Anacé, que têm denunciado a concentração fundiária e a violência contra comunidades indígenas no Ceará. Conforme documentado por ESPLAR (2018), Climério Anacé tem denunciado que cerca de 17% do território tradicional Anacé está sob controle de um único posseiro. Essa concentração fundiária impõe severas limitações à reprodução cultural e à subsistência da comunidade, evidenciando a persistência de conflitos agrários que afetam diretamente a vida dos povos indígenas. A 'Retomada da Salgadinha', em Caucaia, liderada por Climério Anacé, conforme noticiado pelo PASSEIDIRETO (2020), é um exemplo contundente de estratégia política para garantir o acesso à terra e condições mínimas de vida. Essa ação demonstra a importância das retomadas territoriais como forma de resistência e afirmação dos direitos indígenas. A participação de Climério Anacé em iniciativas culturais, como a exposição Anacé Memórias da retomada de São Sebastião no Centro Dragão do Mar, conforme reportado por GIRONACIDADE (2020), ilustra como a arte, a memória e a política se entrelaçam na reafirmação da identidade indígena. Essas manifestações culturais são estratégias vitais para a visibilidade e a resistência dos povos originários. Esses exemplos evidenciam que a participação política indígena transcende o voto ou a representação institucional, abrangendo práticas de resistência, retomadas territoriais e manifestações culturais como estratégias vitais de afirmação e sobrevivência coletiva. A seguir, a análise aprofunda os desafios e perspectivas que moldam essa participação em um cenário político complexo.

Desafios e Perspectivas da Participação Política Indígena: A análise revela que, embora os povos indígenas tenham conquistado importantes garantias legais, sua participação política ainda enfrenta limitações significativas. O período recente, marcado por políticas anti-indígenas e um discurso que buscou deslegitimar seus direitos, como observado durante o governo Bolsonaro, intensificou desafios já existentes. A sub representação parlamentar permanece como um desafio, apesar da eleição de lideranças indígenas em diferentes estados. Movimentos sociais como a APIB têm desempenhado papel fundamental na defesa de direitos, articulando ações nacionais e internacionais para contrapor essas pressões. A violência política contra lideranças e as pressões econômicas sobre os territórios, muitas vezes incentivadas por essa



conjuntura política, são barreiras recorrentes. Contudo, observa-se um fortalecimento notável das mobilizações indígenas, impulsionado significativamente pelo uso estratégico das redes sociais digitais. Essas plataformas digitais não apenas ampliaram a visibilidade das pautas indígenas para um público mais vasto, nacional e internacionalmente, mas também facilitaram a articulação de movimentos, a denúncia de violações de direitos e a disseminação de informações de forma ágil e direta, contornando, muitas vezes, a mídia tradicional. Essa capacidade de mobilização online tem sido crucial para pressionar governos e a sociedade civil, além de fortalecer a identidade e a coesão entre as diversas etnias. Outro ponto relevante é a experiência de formas próprias de governança e gestão territorial, que representam um desafio direto ao modelo estatal tradicional. Essas práticas, enraizadas nas culturas e tradições indígenas, oferecem novas perspectivas de democracia intercultural, baseadas na autonomia, no respeito à diversidade e na sustentabilidade. A compreensão e o reconhecimento dessas formas de governança são essenciais para a construção de um

diálogo mais equitativo e para a efetivação dos direitos indígenas.

CONCLUSÕES

Apesar dos avanços legais, a efetivação da participação política indígena no Brasil ainda é um processo em construção, marcado por tensões entre o reconhecimento formal e a persistência de estruturas de poder que historicamente excluem esses povos. Os desafios persistentes, como a sub-representação parlamentar e a violência política, exigem atenção contínua. No entanto, a atuação em diferentes frentes acadêmica, territorial e social demonstra a diversidade e a adaptabilidade das estratégias indígenas para garantir seus direitos e afirmar suas identidades. O fortalecimento das redes de base e a busca por modelos de governança autônomos são cruciais para o avanço da democracia intercultural no Brasil. A colaboração entre comunidades indígenas, academia e sociedade civil é fundamental para superar os obstáculos e construir um futuro mais justo e equitativo para todos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à professora Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan, pela orientação dedicada e pelas contribuições fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa. Aos coautores, pela parceria e empenho na construção coletiva deste trabalho, cuja colaboração foi essencial para aprofundar a análise e evidenciar a relevância do tema da participação política dos povos indígenas no Brasil.

REFERÊNCIAS

APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Relatórios e publicações. Disponível em: <https://apiboficial.org/>. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Uma guerra de baixa intensidade em defesa da água: entrevista com Climério Anacé. 2018. Disponível em:



<https://cimi.org.br/2018/05/uma-guerra-de-baixa-intensidade-em-defesa-da-agua/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

COESI - COMISSÃO DE ESTUDANTES INDÍGENAS DA UNILAB. Histórico e atuação do movimento indígena na universidade. Redenção: UNILAB, 2022. (Material institucional).

COESI - COMISSÃO DE ESTUDANTES INDÍGENAS DA UNILAB. Projeto de lei aprovado: Língua Dzubucú do povo Kariri de Crateús. Instagram: @coesi_unilab_ce, 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/coesi_unilab_ceigsh=MTFyMnA0YmN4NDAxXA==. Acesso em: 4 set. 2025.

DIÁRIO DO NORDESTE. Justiça Federal no Ceará ordena retirada de ocupantes ilegais das terras Pitaguary. Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/justica-federal-no-ceara-ordena-retirada-de-ocupantes-ilegais-das-terras-pitaguary-1.3685195>. Acesso em: 4 set. 2025.

ESPLAR. "Qualquer terra basta para os povos indígenas": povo Anacé luta contra grilagem e pela demarcação de seu território. Fortaleza: Esplar, 2018. Disponível em: <https://esplar.com.br/noticias/item/303-qualquer-terra-basta-para-os-povos-indigenas>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra: OIT, 1989.

PASSEIDIRETO. Uma pedagogia das retomadas: depoimento de Climério Anacé. 2020. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/133829689/uma-pedagogia-das-retomadas>. Acesso em: 31 ago. 2025.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO BRASILEIRA (UNILAB). Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2016. Dispõe sobre as normas de assistência estudantil para estudantes indígenas e de outras etnias. Redenção,

CE: UNILAB, 2016. Disponível em: <https://unilab.edu.br/>. Acesso em: 31 ago. 2025